

Centrão decide votar por aprovação do texto

O deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) negou ontem a existência de um movimento dentro do Centrão para votar contra o projeto global aprovado no primeiro turno, como já decidiram fazer os 16 constituintes do PT. "A grande preocupação do grupo é no sentido oposto: encher o plenário para mudar alguns pontos considerados contrários à livre iniciativa", afirmou Ponte.

Na opinião do deputado, rejeitar o projeto nesta fa-

se dos trabalhos constitucionais é "uma posição verdadeiramente estapafúrdia". Caso isso ocorresse, os constituintes teriam que retomar sua tarefa a partir da fase das comissões e subcomissões e Ponte acredita que poucos terão a coragem de assumir esta atitude perante a opinião pública.

— Os constituintes que fizerem isso estarão riscados do mapa político, porque o povo está ansioso pe-

la promulgação da nova Constituição — observa Ponte.

Se o quorum estiver muito baixo hoje, mas houver número para votação, o projeto corre risco de não conseguir os 280 votos necessários para sua aprovação. Neste caso, Ponte acredita que os próprios constituintes sairão do plenário para evitar a rejeição do projeto, hipótese considerada por ele como "o início do caos".

Carta pode voltar à estaca zero

A votação do projeto em segundo turno já começa em clima de expectativa: o PT decidiu votar não ao texto e na semana passada comentava-se que parlamentares do PFL e Centrão estariam dispostos a fazer o mesmo. É improvável, no entanto, que esta votação ocorra hoje. O quorum às segundas-feiras costuma ser muito baixo e o presidente Ulysses Guimarães não correrá o risco de colocar o projeto global em votação sem a segurança de que ele vai receber o mínimo de 280 votos favoráveis necessários para sua aprovação.

Este é o mais novo fantasma que paira sobre as pretensões do presidente Ulysses Guimarães de promulgar a nova Carta o mais rápido possível, será difícil, no entanto, que um número considerável de constituintes assumam a responsabilidade pela rejeição do projeto global. Se isto acontecesse, os trabalhos constituintes teriam que voltar ao início da elaboração do texto base, à fase das subcomissões e comissões, com prejuízos financeiros e políticos incalculáveis. Uma hipótese que chega a soar surrealista a esta altura da Constituinte.

Depois da votação em bloco do projeto, entram em votação as emendas supressivas totais por ordem de artigo. Em seguida são

votadas as supressivas parciais. Se houver mais de uma emenda supressiva parcial com a mesma abrangência para um único dispositivo, ela será votada por ordem de entrega do destaque correspondente.

Os líderes aceitaram a votação em bloco das emendas com parecer favorável do relator e sobre as quais haja consenso das lideranças. Esta é uma medida importante para a agilização dos trabalhos, mas deve ser usada poucas vezes. Os acordos neste segundo turno serão mais difíceis que no primeiro e, embora os líderes já tenham reuniões marcadas para todos os dias pela manhã, são poucos os pontos de entendimento que devem sair destes encontros.

Outro mecanismo de aceleração dos trabalhos é a votação simbólica das emendas para corrigir omissões, erros ou contradições. Nestes casos, a votação pode ser nominal se algum constituinte solicitar verificação. Isso deve acontecer inúmeras vezes, especialmente nas emendas de erro. É grande a lista de itens em que o relator Bernardo Cabral foi acusado de alterar o conteúdo da matéria quando pretendeu aprimorar sua redação, caso em que é aplicada a emenda de erro. Há emendas de erro apresentadas para diver-

sas questões polêmicas, como direito de greve, concessão de rádio e televisão e imprescritibilidade dos direitos dos trabalhadores rurais, e a votação destas propostas dificilmente será consensual.

A fusão de propostas, um instrumento criado pelo senador Afonso Arinos (PFL—RJ) durante as votações na Comissão de Sistematização e adotado pelo presidente Ulysses Guimarães em todo o primeiro turno, também será permitida no segundo turno. No encaminhamento das emendas, o sistema continuará o mesmo do primeiro turno: poderão falar dois constituintes a favor e dois contra, por cinco minutos, além do relator.

Ulysses decidiu, com os líderes, convocar sessões apenas de segunda a quinta-feira, sempre à tarde. Desta forma o presidente pretende compatibilizar os trabalhos constituintes com o processo das eleições, evitando que a suspensão da sessão de sexta-feira por falta de quorum transforme-se numa rotina. Otimista, o presidente Ulysses Guimarães acredita que apesar de toda a polêmica que já cerca o segundo turno será possível concluí-lo em três semanas. E promulgar a nova Carta ainda em agosto, a despeito da fama de agourento que o mês carrega.

Chiarelli: Governo faz trama com imposto

Porto Alegre e Rio — O senador Carlos Alberto Chiarelli, do PFL, denunciou ontem que o Governo Federal está articulando uma campanha para elevar os impostos colocando a culpa na Constituinte. O parlamentar gaúcho acusa alguns de seus companheiros de partido, como o senador Marcondes Gadelha e o deputado José Lourenço, de servirem como porta-vozes nessa estratégia de desmoralizar a Constituinte. "Querem fazer crer que a Constituinte é culpada pela inflação, pelo déficit público, pelo endividamento interno, quando as medidas aprovadas não são definitivas e não provocaram consequência alguma", defendeu Chiarelli.

Na opinião do senador pefelista, por não ter competência para resolver os problemas econômicos, o Governo está desencadeando um "processo omelette" para encontrar um bode expiatório. "E vão novamente adotar medidas pouco inteligentes, mais uma vez onerando o contribuinte", afirmou o parlamentar. Esse novo pacote fiscal, acredita Chiarelli, seria adotado no "período de coma do decreto-lei que deve ser extinto pela Constituinte". Chiarelli acusa



Chiarelli



Moreira

os setores do PFL que apóiam o Governo de agir contra os princípios do verdadeiro liberalismo por defenderem a ação do Estado contra o cidadão.

No Rio, o governador Moreira Franco confessou-se ontem perplexo com "a manobra delirante de zerar os resultados da Constituinte", advertiu que a trama significaria, se concretizada, "rasgar anos de luta" e propôs que ela seja repelida com veemência.

— Essa manobra é de quem não quer o país viva com uma Constituição capaz de garantir segurança e tranquilidade —, afirmou o governador Moreira

Franco, ao participar ontem do lançamento de candidatos municipais da Aliança Popular Progressista na cidade de São Pedro D'Aldeia, na região dos lagos fluminenses.

Ainda no Rio, o prefeito Saturnino Braga disse que a trama do Governo para zerar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte não deveria ser efetivada, por tratar-se de "um delírio". E lembrou o fato do país estar parado a espera da promulgação da nova Constituição que por si só afastaria hipótese de "começar-se tudo de novo" em termos de Constituinte.